



PROCESSO Nº	211.269-8/2025
INTERESSADO	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
ASSUNTO	APROVA O “MANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS” QUE DEFINE ORIENTAÇÕES, PRAZOS E PROCEDIMENTOS PARA O ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES AO TRIBUNAL DE CONTAS
RELATOR NATO	CONSELHEIRO PRESIDENTE SÉRGIO RICARDO
SESSÃO DE JULGAMENTO	27/11/2025 – PLENÁRIO PRESENCIAL (EXTRAORDINÁRIA)

## RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 21/2025 – PP

Aprova o “Manual de Prestação de Contas” que define orientações, prazos e procedimentos para o encaminhamento de documentos e informações ao Tribunal de Contas.

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 3º da Lei Complementar nº 269, de 22 de janeiro de 2007 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso c/c artigos 11, V; 296, III, “c”; e 308, todos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (Resolução Normativa nº 16/2021);

**CONSIDERANDO** que o Tribunal de Contas é a instituição pública de controle externo responsável por zelar pela boa e regular administração, gestão e aplicação dos recursos, de forma responsável, com o objetivo de garantir a legalidade, a eficiência, a economicidade e a efetividade dos gastos públicos;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal (CF), a Constituição de Estado de Mato Grosso (CEMT) e a Lei Complementar nº 752, de 19 de dezembro de 2022 (Código de Processo de Controle Externo do Estado de Mato Grosso – CPCE-MT) impõem a qualquer pessoa que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre recursos públicos a obrigação de prestar contas (arts. 70 e 71/CF, art. 46/CEMT e art. 45/CPCE);







**CONSIDERANDO** o poder regulamentar que autoriza o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso a expedir atos normativos de cumprimento obrigatório, sobre matérias de sua competência, além da estruturação e da organização de processos que lhe são submetidos;

**CONSIDERANDO**, por fim, que o presente Manual tem por objetivo consolidar diversas regras já estabelecidas em outros diplomas legais e normativos, para que administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos apresentem suas prestações de contas ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, na forma eletrônica, por meio do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas (Aplic),

**RESOLVE**, por unanimidade:

**Art. 1º** Aprovar, na forma do Anexo Único<sup>1</sup> desta Resolução, o “Manual de Prestação de Contas” que tem por finalidade orientar os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e Municipal quanto aos procedimentos, prazos e documentos necessários ao encaminhamento das informações de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial ao Tribunal, por meio do Sistema de Auditoria Pública Informatizada de Contas (APLIC), via Portal de Serviços da página oficial da *internet* do TCE-MT.

**Art. 2º** Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se quaisquer outras normativas e/ou dispositivos que apresentem fundamentação legal, prazos e procedimentos contrários às disposições deste Manual.

Participaram da deliberação os Conselheiros **ANTONIO JOAQUIM, JOSÉ CARLOS NOVELLI, VALTER ALBANO, WALDIR JÚLIO TEIS, CAMPOS NETO e GUILHERME ANTONIO MALUF.**

Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador-geral **ALISSON CARVALHO DE ALENCAR.**

**Publique-se.**

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2025.

<sup>1</sup> O anexo mencionado nesta Decisão Normativa poderá ser encontrado no site [www.tce.mt.gov.br/assinatura/TCE62K2L1](https://www.tce.mt.gov.br/assinatura/TCE62K2L1) e utilize o código TCE62K2L1. Legislação do TCE-Decisões Normativas.







**Tribunal de Contas  
Mato Grosso**

**SECRETARIA-GERAL DE PROCESSOS E JULGAMENTOS**

Telefone(s): 3613-2945 / 3324-4348 / 3324-4349

e-mail: [segeproju@tce.mt.gov.br](mailto:segeproju@tce.mt.gov.br)

*(assinaturas digitais disponíveis no endereço eletrônico: [www.tce.mt.gov.br](http://www.tce.mt.gov.br))*

**CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO** – Relator Nato  
Presidente

**ALISSON CARVALHO DE ALENCAR**  
Procurador-geral de Contas

